



Uma reflexão sobre a educação inclusiva: como professores de matemática encaram esse desafio

Fernando Pereira¹
Andressa Mota Oliveira²

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal refletir sobre a realidade das aulas de matemática em escolas de ensino regular, organizadas em um trabalho nos modelos da educação inclusiva para pessoas com necessidades educacionais especiais enfoque a autistas. A atual legislação assegura a pessoas com necessidades educacionais especiais o direito a educação igualitária. Entretanto apenas o cumprimento da lei não garante total solução para a questão. A organização escolar precisa estar preparada e munida com uma estrutura pedagógica condicente. Assim, buscou analisar se os métodos utilizados em sala de aula estão sendo eficazes ou não perante o objetivo de ensinar as operações fundamentais da matemática no ensino fundamental II. Para tanto, o estudo promove uma discussão sobre o “fazer inclusão” focando na importância da relação afetiva entre professor e aluno para se obter sucesso no processo de ensino aprendizagem. Contudo, propiciando aos educadores um material que aponte soluções, embasadas em diversos profissionais envolvidos no contexto escolar, direcionando a práticas mais assertivas visando sempre o crescimento pessoal do aluno e seu bem estar em relação às diferenças. Para isto, conscientizar esses educadores sobre importância da constante busca do conhecimento para que possam melhor atender a essa demanda e assim realizar a verdadeira inclusão, sendo o ponto crucial em debate.

Palavras-chave: Matemática. Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Autistas.

A reflection on inclusive education: as math teachers face this challenge

Abstract

This study aimed to reflect on the reality of math classes in mainstream schools, organized into working models of inclusive education for people with special educational approach to autism needs. Current legislation ensures people with special educational needs the right to equal education. However, only the rule of law does not guarantee total solution to the issue The school organization must be prepared and provided with a befitting pedagogical structure Thus, it sought to analyze whether the methods used in the classroom are being effective or not before the goal of teaching the fundamental operations of mathematics in elementary school II. To this end, the study promotes a discussion of the "do include" focusing on the importance of affective relationship between teacher and student to be successful in teaching and learning process. However, providing educators a material point solutions, supported in various professionals involved in the school context, directing more assertive practices always seeking the personal growth of the student and their well-being in relation to

¹ Master Black Belt na coordenação e consultorias de projetos Lean Six Sigma na Kimberly-Clark Brasil e é professor universitário de matemática e estatística do Centro Universitário UNIFACVEST.

² Graduação em andamento em Biomedicina. Faculdade Evangelica de CERES, FECER, Brasil.

the differences. For this, these educators raise awareness about the importance of constant search for improvement so they can better meet this demand and thus achieve true inclusion, with the crucial point at issue.

Keywords: Mathematics. Inclusion. Special educational needs. Autistic.

Una reflexión sobre la educación inclusiva: cómo los profesores de matemáticas encaran este desafío

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo principal reflexionar sobre la realidad de las clases de matemáticas en escuelas de enseñanza regular, organizadas en un trabajo en los modelos de la educación inclusiva para las personas con necesidades educativas especiales enfoque a los autistas. La actual legislación asegura a las personas con necesidades educativas especiales el derecho a la educación igualitaria. Sin embargo, sólo el cumplimiento de la ley no garantiza total solución a la cuestión. La organización escolar necesita estar preparada y provista de una estructura pedagógica conducente. Así, buscó analizar si los métodos utilizados en el aula están siendo eficaces o no ante el objetivo de enseñar las operaciones fundamentales de las matemáticas en la enseñanza fundamental II. Para ello, el estudio promueve una discusión sobre el "hacer inclusión" enfocándose en la importancia de la relación afectiva entre profesor y alumno para obtener éxito en el proceso de enseñanza aprendizaje. Sin embargo, propiciando a los educadores un material que apunte soluciones, basadas en diversos profesionales involucrados en el contexto escolar, dirigiendo a prácticas más asertivas visando siempre el crecimiento personal del alumno y su bienestar en relación a las diferencias. Para ello, concientizar a esos educadores sobre la importancia de la constante búsqueda del conocimiento para que puedan atender mejor a esa demanda y así realizar la verdadera inclusión, siendo el punto crucial en debate.

Palabras clave: Matemáticas. Inclusión. Necesidades educativas especiales. Autistas.

Introdução

A inclusão escolar vem sendo um assunto de grande debate e de relevância a nível mundial. Basta um interesse pelo tema para constatar que esse assunto está mais presente em nosso cotidiano do que se imagina. Simultâneo a esse fato, outros aspectos fazem-se presente, entre eles, a eficácia ou não das atuais políticas de soluções.

A garantia às pessoas com necessidades educacionais especiais para a inserção em escolas regulares de ensino e a uma educação de qualidade é um direito. Porém a estrutura escolar necessita estar preparada para receber e permanecer com esses alunos em condições viáveis para um crescimento significativo. Esse suporte inicia-se desde o poder público, responsável por criar políticas que facilitem esse atendimento, bem como dispor de profissionais especializados que venham a orientar nesse processo. Somente a obrigatoriedade de matricular todo e qualquer aluno não assegura total eficácia da lei. Levando em consideração que o fato de incluir um aluno com necessidades educacionais especiais abrange muito além do simples fato de colocá-lo em uma sala de aula.

Tendo em vista a grande dificuldade apresentada pela estrutura escolar, principalmente do ponto de vista docente, fica claro que os diretores de escolas apenas para cumprir ordem matriculam todo e qualquer aluno sem se preocupar se possuem ou não espaço físico adequado, materiais didáticos e principalmente professores com qualificação e conhecimento para tal desafio. Prova disso está na má atuação em sala de aula, segundo (RODRIGUES, 2010), os educadores vão levando a Inclusão movida por um “achismo” até comum no âmbito escolar, fruto disso é uma escola que mesmo aceitando os diferentes os excluem em função de uma estrutura mal formada e mal informada.

Os educadores são peças importantes para que ocorra êxito no processo de ensino aprendizagem. Porém nem sempre estão devidamente preocupados com a formação continuada e com a diversidade que bate a porta cada vez com mais frequência. Nos poucos cursos oferecidos pelo poder público um número muito pequeno de professores comparecem efetivamente, muitas vezes motivados apenas para cumprirem algum tipo de programa de pontuação imposto no sistema de ensino. A consequência dessa falta de consciência é facilmente notada no despreparo em sala de aula.

Não é difícil ouvir professores dizendo que não estão preparados para a inclusão, entretanto, muitos mesmo tendo cursos oferecidos pelo governo, não demonstram interesse em conhecer sobre o assunto.

(RODRIGO, 2012, p. 86).

Portanto o poder público e os profissionais da educação, juntos formam os pilares que sustentam essa proposta de educação inclusiva. É preciso que haja um equilíbrio entre ambos para que o governo continue criando programas que apoiem e incentivem cada vez mais a formação continuada desses profissionais e que ao mesmo tempo eles correspondam buscando e se especializando constante e incessantemente.

É compreensivo que essa diversidade cause desconforto e assuste a primeiro momento, afinal o novo nos move a buscar soluções fora da nossa zona de conforto, a inclusão está aí e não tem como ser “maquiada”. Os educadores procuram respostas prontas, “receitas”, mas infelizmente não existe um modelo pronto, nesse contexto cada situação é única é impossível generalizar, principalmente com pessoas portadoras de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Levando em consideração que a matemática é vista pela grande maioria dos educandos como uma disciplina de difícil compreensão e pouco atrativa. Se alunos ditos “normais” sem prejuízos nas áreas da aprendizagem, facilmente apresentam dificuldades e desmotivação com a disciplina, como nos a pensar como ocorre esse processo com alunos

com necessidades educacionais especiais. Sabendo do preconceito a cerca da matemática o professor deve procurar meios que estimulem o gosto pelas descobertas e o saber matemático, fazendo com que o aluno compreenda a sua real importância para que a partir disso passe a vê-la com outros olhos.

Referencial Teórico

Considera-se inclusão escolar o ato de incluir um indivíduo até então excluído por algum fator ou condição. Trazendo este pra dentro das dependências da escola e fazendo-o sentir parte daquela estrutura escolar, daquela classe, daquele grupo de relações. Na educação esse processo não vem na perspectiva de homogeneizar as diferenças socioculturais e transpô-las a um padrão e sim na busca de reconhecê-las e trata-las com naturalidade e respeito. A escola deve adequar-se para suprir às necessidades dos alunos, requer mudanças na estrutura e funcionamento das escolas e professores(SÃO PAULO, 2011).

A linguagem utilizada para se referir à inclusão é um fator de grande importância, pois tem o poder de direcionar e salientar possíveis julgamentos e preconceitos. Assim, a terminologia necessidades educacionais especiais pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências.

Sendo assim, o principal objetivo da inclusão é o de proporcionar uma Educação para todos sendo um direito defendido constitucionalmente. Mas bem como sabemos a teoria e a prática são ramificações de um mesmo propósito que nem sempre caminham juntas, há muito que melhorar. Fica nítido que ao compararmos a legislação com a realidade atual da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, essa proposta não está sólida como deveria, ainda está longe de promover a real inclusão.

A respeito do autismo, identificam-se que os primeiros estudos foram em 1943 pelo psiquiatra infantil Leo Kanner o qual observou 11 crianças de 2 a 11 anos que apresentavam prejuízos na comunicação, no comportamento e interação social. O pesquisador destacou essas características como sendo únicas desassociando-as da deficiência mental.

Outro médico austríaco, Dr. Hans Asperger descreveu um ano mais tarde uma pesquisa feita com crianças que mostravam comportamentos semelhantes aos descritos por Leo Kanner, porem demonstravam-se cognitivamente mais desenvolvidas e sem muitos

prejuízos na área da linguagem. Pesquisa essa que deu origem mais tarde a denominação de Síndrome de Asperger.

Tempos mais tarde surgiu o conceito de TGD (Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento), incluindo não só o autismo e a síndrome de Asperger mas também a Síndrome de Rett e o TGDSOE (Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.)

Recentemente evidenciou-se o termo TEA (Transtorno do Espectro Autista) englobando o Autismo, a Síndrome de Asperger e o TGDSOE. Apesar de cada autista possuir características e graus diferentes, alguns comportamentos são comuns, entre eles:

- Age como se não escutasse
 - O contato visual com outras pessoas é ausente ou pouco frequente;
 - Tem dificuldade em compreender o que lhe é dito e também de se fazer compreender;
 - Palavras ou frases podem ser repetidas no lugar da linguagem comum (ecolalia);
 - Movimentos repetitivos (estereotípias) podem aparecer;
 - Pode não demonstrar envolvimento afetivo com outras pessoas;
 - Pode ser resistente a mudanças em sua rotina;
 - Parece preferir ficar sozinho;
 - Crises de agressividade ou auto agressividade podem acontecer
- (SÃO PAULO, 2011, p.54).

Porém apenas a identificação desses sinais não é suficiente para um diagnóstico seguro, é preciso o encaminhamento para a equipe especializado nesse assunto contando com médicos, psicólogos, neurologistas e psicopedagogos que fará uma avaliação completa, descartando todo e qualquer outro tipo de deficiência. Não é tão simples chegar a um diagnóstico definitivo, é preciso uma constante observação para que se formule um tratamento adequado para cada caso. Por isso é importante ficar atento aos sinais do autismo desde cedo, pois o quanto antes identifica-los antes poderá ser feita intervenções que melhor auxiliaram a família.

Na cartilha de direitos das pessoas portadoras do autismo feita pelo governo federal cita o artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o qual destaca que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Essa legislação garante o direito de todo e qualquer aluno com necessidades educacionais especiais de obter como suporte o acompanhamento educacional especializado,

sendo ele acessibilidade no espaço físico escolar e uma estrutura pedagógica organizada institucionalmente. Esse profissional deve ser disponibilizado na escola mais próxima a moradia do portador de TEA sem que haja custo algum a família, caso contrário é possível fazer uma solicitação administrativa a Secretaria da Saúde solicitando que se cumpram esses direitos.

Sendo a matemática uma disciplina obrigatória e indispensável no currículo escolar e na vida de um indivíduo de forma geral, faz-se necessário uma forte reflexão acerca de como ela é transmitida, principalmente para pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

A Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Faz parte da vida de todas as pessoas nas experiências mais simples como contar, comparar e operar sobre quantidades. (BRASIL, 1998).

Dentro do currículo escolar do ensino fundamental II, aqui citadas como operações fundamentais da matemática referem-se a: adição, subtração, divisão, multiplicação, potenciação e radiciação. Levando em consideração que a base das quatro operações básicas: adição, subtração, divisão e multiplicação é formada ainda nos anos iniciais e no decorrer do ensino fundamental I. A partir do 6º ano, a potenciação e a radiciação começam a fazer parte do cotidiano dos alunos.

Segundo (PELIZZARI, 2002), Ausubel afirma que para existir uma aprendizagem significativa, dois fatores são indispensáveis, o primeiro é que o aluno apresente motivação frente a um novo conhecimento e o segundo que esse conhecimento traga explícito um significado lógico da natureza do conteúdo e psicológico diante as experiências cotidianas do aprendiz.

A dificuldade apresentadas pelos alunos em compreender conceitos matemáticos é bastante significativa. Significativa também a didática adotada pelo professor. Segundo Bertazzo e Ramburger, (2012), esta dificuldade, muitas vezes, decorre da metodologia utilizada pelo professor, que aprendeu matemática de uma forma tradicional e mecanizada e não encontra facilidade em ensiná-la de forma diferente. Sendo assim, o ensino da matemática para alunos com necessidades especiais torna-se um desafio ainda maior. É necessário que o professor de significado àquilo que está ensinando com o auxílio de mecanismos didáticos lúdicos.

Metodologia

Para tanto, a referida pesquisa contou na primeira etapa com a participação de dois professores de matemática que para preservar seu anonimato neste trabalho serão chamados por pseudônimos. Professor X, o qual dispõe de uma experiência de 30 anos lecionando na rede pública, sua experiência com a Inclusão é referente o trabalho que realiza com um aluno Autista do 7º ano do Ensino Fundamental II. Professora Y que leciona a pouco mais de dois anos na rede privada, compartilhará a sua experiência baseada no trabalho que executa com um aluno do 6º ano do Ensino Fundamental II. A pesquisa contou ainda, em uma segunda etapa, com mais quatro profissionais sendo eles:

- A psicóloga (especialista em avaliação psicológica) e Mestre em educação Vivian de Oliveira, trazendo seu ponto de vista clínico.
- Luciana Amarante, psicopedagoga que dá suporte ao processo de ensino aprendizagem desses alunos, orientando também aos professores.
- Giselle Dias, diretora da APAE de Lages/SC, instituição especializada em atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi dividida em entrevistas e questionários que auxiliaram no desenvolvimento do projeto, com isso buscou-se:

a) Compreender como o professor de matemática trabalha em paralelo a turma com alunos portadores de TEA: Este item foi obtido através de uma entrevista com dois professores de matemática, que ao final responderam a um questionário de 20 perguntas sobre o tema.

Com isso foi possível compreender melhor a metodologia e a didática utilizada por eles, e principalmente identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas em sala de aula. Esse primeiro questionário trouxe o ponto de vista do profissional que trabalha diretamente com essas diferenças em sala de aula, sendo assim será chamado metaforicamente de Visão Central.

b) Em um segundo momento entrando em contato com profissionais e especialistas envolvidos no contexto escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, foi aplicado outro questionário voltado ao ponto de vista clínico e institucional sobre o assunto. Esse ponto de vista será ilustrado como Visão Periférica, que é o tipo de visão que analisa o todo, sendo assim menos detalhista. Nesse contexto exatamente pelo fato de não estar em sala de aula.

Análises e Resultados

O questionário aplicado trouxe em sua essência a busca pela compreensão do ponto de vista dos profissionais que agem diretamente com o desafio de incluir um aluno portador de TEA em uma sala de aula do ensino regular. Para melhor confrontar as respostas obtidas ambos responderam as mesmas perguntas e no decorrer da análise ficou perceptível a divergência de opiniões em alguns pontos e a necessidade de uma política unificada para atender com qualidade a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais em destaque, alunos com TEA.

As perguntas mais pertinentes do questionário foram selecionadas para melhor relacionar as opiniões e experiências de cada professor. Inicialmente quando questionado sobre o conceito de autismo, ocorreu um equívoco do Professor X, pois autismo não é doença e sim um transtorno como afirma a Professora Y. Ambos afirmam ter adquirido essas informações de forma superficial através de estudos na graduação e algumas leituras sobre o tema.

Em seguida indagados sobre o conceito de Educação Inclusiva. Ambos concordam que na teoria é uma política que garante o direito de um ensino de qualidade e igualitário independente das diferenças apresentadas, e ressaltam ainda que por diversos fatores na prática é bem diferente, fatores esses bem definidos nas respostas ao decorrer do questionário.

Aprofundando o assunto, os professores demonstram se preocupar inicialmente em conhecer o aluno o qual irão trabalhar para que possam melhor conduzir suas aulas e priorizar sempre a aprendizagem e crescimento desse aluno. Declaram levar em consideração as aptidões e interesses do aluno, mesmo que em algumas vezes por se tratar de um aluno autista o foco mude rapidamente, resalta a Professora Y. Os professores tentam fazer essas mediações da melhor maneira possível para que não haja prejuízo para o restante da turma, levando em consideração que contam com o apoio de um segundo profissional que interage diretamente com esse aluno, auxiliando assim a condução das atividades.

Em determinado momento da entrevista, indagados sobre a importância da afetividade na relação professor-aluno os professores afirmam ser o ponto mais importante e indispensável, pois assim como qualquer outro aluno, eles também precisam adquirir confiança e segurança para que haja um aprendizado significativo. Uma boa relação entre professor e aluno facilita o processo e mais ainda, o professor deve ser exemplo para seu aluno.

Mas o que se observa no dia-a-dia é que a afetividade é a base a qual se constrói o conhecimento. Isso relata que o primeiro momento, o professor conquista a confiança do aluno, através de um dialogo afetivo para depois começar a ensinar, através de exercícios que desenvolvam o aluno. (Siqueira, Neto e Florêncio, 2011, p.4).

Outro fator que merece destaque é o vínculo da escola com a família, o Professor X diz não possuir nenhum, e sobre a escola também não sabe informar. Enquanto a Professora Y afirma que sim, que a escola e a família mantem um contato quase que diário. Fátima Aves afirma que:

É de fundamental importância o trabalho conjunto entre a família e profissionais e também haverá sempre necessidade que essa família esteja presente em todos os momentos. A presença dela ajudará e muito na progressão, pois muitas vezes a família é o gancho que o profissional precisa para começar e poder terminar. (Alves, apud Cunha, 2015, p.70)

Talvez seja este o ponto crucial de todo o debate, refere-se a formação continuada e aperfeiçoamentos para melhor atender aos alunos com necessidades educacionais especiais. O Professor X responde que em momento algum se preocupou em buscar esse tipo de conhecimento. Diferentemente da Professora Y que sempre que possível busca atualizar-se sobre o tema. E sobre a escola dispor de apoio necessário ou incentivar reais contribuições na prática de seus professores o Professor X relata que não há nenhuma manifestação da escola sobre este assunto. Em contra partida a Professora Y diz que a escola a qual trabalha faz incentivos e acredita que a busca pelo conhecimento é a melhor forma de melhorar a atuação de seus professores.

A partir dessa resposta compreendemos melhor o fato do Professor X admitir não utilizar nenhum material didático diferente em suas aulas, em contra partida Professora Y afirma buscar utilizar, principalmente materiais concretos, de modo que facilite a visualização do que pretende ensinar. Sobre o hábito de fazer reforços positivos e incentivos ao Aluno com TEA o Professor X diz não ter o costume. A Professora Y que utiliza deste mecanismo, porém com esse aluno em específico acredita que tal estratégia não demonstra tanta eficácia. Junto ao debate é importante ressaltar que para Cunha: Nos casos de autismo, o reforço positivo visa incentivar o indivíduo a trocar o comportamento que o prejudica pelo comportamento adequado, por meio de ações que recompensem o seu empenho em aprender, sem, contudo mecanizá-lo ou leva-lo à frustração.

Direcionando as perguntas para o ensino da matemática em específico, pergunto aos professores se seus alunos têm domínio das operações fundamentais de matemática e como eles percebem isso. O Professor X afirma que não, seu aluno não domina essas operações

básicas. Já a Professora Y, diz que apesar das dificuldades seu aluno tem compreensão das quatro operações e consegue fazer cálculos mentais simples. Porém o que mais dificulta esse processo é a falta de concentração nas atividades.

Em relação às operações fundamentais da matemática, questionei-os sobre os métodos utilizados por eles para potencializar o aprendizado de seus alunos. O Professor X ressalta que inicia com atividades simples como, por exemplo, divisão por um algarismo, conforme a resposta do aluno tenta progredir estimulando que execute divisões por dois algarismos e assim com as outras operações. Mas deixa claro não ser seu dever agir dessa maneira pois isso é conteúdo do 2º ou 3º ano. A Professora Y já conhecendo previamente os interesses de seu aluno tenta trabalhar as operações de maneira diferente, utilizando jogos, objetos e até mesmo o computador, dependendo a maneira a qual o aluno reage, e é claro sempre estimulando novos desafios.

Levando em consideração um currículo adaptado nos modelos da educação inclusiva, indaguei os entrevistados se buscam dar significado ao ensino da matemática para o aluno autista? O Professor X diz claramente que não, e afirma dar atividades as quais ele gosta de fazer como desenhar e pintar. A Professora Y responde com clareza que: “Com certeza” pois acredita que a partir do momento que o aluno entende o significado e importância do que está aprendendo passa a valorizar e se interessar mais pelas atividades.

Sobre o fato de estarem preparados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais ambos põem-se a pensar e com uma expressão de preocupação admitem não estarem preparados. Isso ocorre porque a maneira a qual nos condicionamos a ensinar é a mesma a qual a nos ensinaram a anos atrás. Diferenças sempre existiram, porém menos acentuadas, se não mudarmos o ângulo de visão e ação não obteremos sucesso, pois a adversidade está cada vez mais frequente e precisa urgentemente de atendimento mais efetivo.

Justamente por isso pedi que elessem as maiores dificuldades enfrentadas em sala de aula. Os professores concordam que as maiores dificuldades estão em preparar e adaptar as atividades e em paralelo a isso conseguir a concentração e interesse de seus alunos. Ressaltam ainda que a grade curricular dos cursos de licenciatura é deficiente e pouco eficaz, pois não os preparam para administrar esses desafios em sala de aula.

Ao final do questionário foi solicitado que ambos avaliassem a sua prática em sala de aula referente à inclusão e com isso constatou-se que o Professor X admite faltar muito conhecimento de sua parte para que seu aluno possa ter realmente mais aproveitamento. A Professora Y finaliza exclamando que sua prática ainda é “pouco eficaz se tratando da

aprendizagem significativa do meu aluno, porém, coerente com o pouco que sei do assunto. Este questionário me fez repensar minha prática, principalmente sobre o que posso ainda ser melhor”.

Analisa-se que o objetivo de que esses profissionais refletissem sobre a sua prática foi alcançado, e que de uma forma autocrítica possam a partir de então reformular a maneira qual vêm “fazendo inclusão”. Através deste questionário constatou-se que apesar de algumas divergências de opiniões ambos os profissionais concordam em determinados pontos, como por exemplo, ambos não se sentem preparados para trabalhar com a adversidade e muito menos acreditam que suas práticas atuais estejam sendo eficazes.

Para contrapor ao questionário aplicado aos professores, tal trabalho preocupou-se em levar em consideração o ponto de vista de outros profissionais envolvidos nesse contexto. Os profissionais futuramente referidos responderam a um questionário coerente com suas funções e da mesma forma confrontados os dados coletados.

Inicialmente foram questionadas sobre o que é de fato o Autismo. Como esperado, todas definem corretamente, Vivian de Oliveira autismo é um: “transtorno neurodesenvolvimental que afeta principalmente as áreas sociais, de comunicação e comportamentais, porém em níveis de gravidade diferenciados de pessoas para pessoas, por isso atualmente denominado de Transtorno do Espectro Autista e cabe ressaltar que não se configura como doença e sim como uma condição”.

Indagadas sobre o conceito de Inclusão Escolar, de uma maneira geral as entrevistadas apontam que educação inclusiva é acolher e priorizar uma educação de qualidade a todos indiferente de adversidade. Giselle Dias exclama ainda que inclusão: “Parte do significado de justiça e não de igualdade. Igualdade prepõe dar a todos as mesmas condições, justiça pressupõe dar a cada um o que cada um necessita”.

Buscando ampliar o debate, foi proposto que as três profissionais relatassem seu ponto de vista, trazendo para tanto, as principais necessidades enfrentadas por alunos portadores de TEA. De uma maneira geral as respostas apontam para: um ensino estruturado com ações bem definidas e um currículo adaptado às necessidades do aluno e principalmente que busque promover sua autonomia e evolução como um todo.

Outro ponto discutido foi o âmbito escolar diário suas opiniões quanto à infraestrutura física até o preparo profissional especializado para atender e inserir esses alunos com necessidades educacionais especiais de maneira eficaz em escolas de ensino regular. Segundo a Diretora da APAE – Lages, Giselle Dias, as escolas desviam de seu propósito de ensinar a todos com a desculpa perene e insistente de não estarem preparados. Entretanto, Luciana Amarante, considera que: “Estamos num

processo de conscientização. A lei está aí e a escola precisa se adaptar a inclusão com materiais. Contudo, Vivian de Oliveira, reconhece que esse assunto soa bem familiar e complementa afirmando que a partir da matrícula dos alunos, as escolas começam a se organizar e tomar consciência de que se faz necessário modificar suas práticas bem como estruturas físicas. Como a inclusão é um processo, não existe nada pronto e acabado, é preciso rever e mover-se a cada dia.

Assegurando os direitos do aluno com necessidades educacionais especiais, as entrevistadas foram questionadas se o fato de um aluno estar matriculado e frequentando as aulas, garante uma real inclusão desse aluno? As entrevistadas concordam que apesar de este ser um fator muito importante somos ainda deficitários de um sistema de ensino que marginaliza a minoria que hoje são as grandes demandas a serem assistidas e complementam dizendo que em algumas vezes os alunos com necessidades especiais estão apenas inseridos e não incluídos na escola.

Aproveitando a experiência e conhecimento das entrevistadas, a contextualização do tema finaliza-se indagando quais seriam as devidas medidas a serem tomadas para que a Inclusão aconteça. Para, GiselleDias sem dúvidas, através de: “Estudo, pesquisa, vontade e redefinição de papéis. Eu realmente quero ser e estou no papel de educador? ”. Luciana Amarante, acredita que para que a inclusão se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. Enfatiza ainda que é necessário professores com especialização adequada, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes regulares. “Faz-se urgente que os alunos dos cursos de licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades especiais, recebam em sua formação esse preparo. As escolas não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos.

Vivian Oliveirafinaliza que para tal é imprescindível o apoio político no que tange as necessidades nesse aspecto, estímulo e oferecimento de formações continuadas aos professores, adaptações curriculares e estruturais nas escolas, crença nas possibilidades e potencial dos alunos independente de suas deficiências. Além, de apoio da equipe gestora das escolas aos professores e oferecimento de recursos pedagógicos necessários a cada demanda existente.

Percebe-se contudo que a falta de interesse, não limita-se apenas ao poder público, mas estende-se até profissionais envolvidos nesse cenário de inclusão social, sejam eles professores ou profissionais da saúde. Tal desinteresse, contribui de maneira negativa e significativa na formação intelectual dos portadores de TEA. Em muitos casos basta a ação de afetividade para reverter uma situação de crise ou agressividade enfrentada pelo portador. Para isso, se faz necessário muito mais que simples políticas nacionais como o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - lançada em 2011, com

o objetivo de promover a cidadania, a autonomia e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade. O discurso na prática é outro, não se atém a conceitos mas sim em ação.

Conclusões

Conclui-se que a pesquisa trouxe frutos positivos sobre o tema - educação inclusiva, com enfoque a autistas. Fazendo uma tomada de consciência para educadores da área, servindo de suporte e direcionamento, para que venha a responder a muitas indagações surgidas no dia-dia para aqueles que convivem com o desafio.

O fato de um aluno estar matriculado e frequentando as aulas no ensino regular, lhe garante uma inclusão social, uma interação afetiva, porém se tratando de aprendizagem nem sempre é possível fazer com que esse aluno trabalhe em sala de aula diante dos outros colegas. O acompanhamento do segundo professor torna-se indispensável, pois ele se responsabilizará em dar suporte ao professor e ao aluno ao mesmo tempo e com isso potencializando o aprendizado.

Portanto, constata-se que a Inclusão precisa urgentemente ser vista com mais responsabilidade e sensibilidade. De maneira a qual, mudanças de pensamentos e atitudes sejam tomadas. De nada adianta um responsabilizar o “outro” pelos fracassos das tentativas de incluir um aluno com necessidades educacionais especiais, é necessário que os erros sejam analisados criteriosamente para não ocorrerem novamente, pois em se tratar da formação de um indivíduo não se permite “achismos” e sim conceitos bem definidos.

Referências

- BERTAZZO, Joíse. B; RAMBURGER, Janice. S. Autismo e matemática: práticas que fazem a diferença e viabilizam a inclusão social.
- BRASIL – Parâmetros Curriculares Nacionais. A matemática no Ensino Fundamental II. 1999. p.01-13.
- BRASÍLIA. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. 1ª edição. Brasília, 2013. p.01-75.
- CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 6ª edição. Rio de Janeiro: Wak, 2015, p. 1-129.
- FRIAS, Elzabel. M.A.; MENEZES, Maria. C.B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor Ensino Regular.

- GRINKER, Roy Richard. Autismo: um mundo obscuro e conturbado. 1ª edição brasileira. São Paulo: Larousse, 2010, p. 1-319.
- MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007.
- MENDES, Enicéia G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. São Carlos, 2011, v.11, p.387-405.
- MELLO, Ana M.; HO, Helena; DIAS, Inês. ANDRADE, Meca. Retratos do autismo no Brasil. 1ª edição. Brasília, 2013, p.01-106.
- PASSOS, Angela M.; PASSOS, Marinezz. M; ARRUDA, Sergio M. A Educação Inclusiva no Brasil: uma análise baseada em artigos publicados em revistas de Educação Matemática. 2003, v.6, p.1-22.
- PAULON, Simone. M.; FREITAS, Lia. B.L.; PINHO, Gerson. S. Documento subsidiário à Políticas de Inclusão. Brasília: 2005, p. 1-52.
- RODRIGUES, Thiago D. Educação matemática inclusiva. Paranaíba, 2010, v.1, p.84-92.
- SÃO PAULO. Cartilha de direitos dos autistas. 1ª edição. São Paulo, 2011.
- SCHWARTZMAN, J. S. Revista Autismo. Setembro. 2010. Disponível em: <http://www.revistaautismo.com.br/edicoes/>. Acesso em: jun.2015.
- TOSTA, Estela. I. L.; BAPTISTA, Claudio. R. Políticas públicas de inclusão escolar em foco: uma análise sobre as pesquisas brasileiras (2001-2011). Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 1-17, 2010